

RECURSO ESPECIAL Nº 1.782.410 - RJ (2018/0313376-0)

RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

RECORRIDO : ROBSON VIEIRA LIMA

ADVOGADO : GERALDO BENICIO E OUTRO(S) - ES018446

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, assim ementado (fl. 290):

PREVIDENCIÁRIO – REMESSA NECESSÁRIA E APELAÇÕES CÍVEIS - TEMPO ESPECIAL – RUÍDO - APOSENTADORIA ESPECIAL - TEMPO MÍNIMO ATINGIDO - USO DE EPI – REMESSA E APELAÇÃO DO INSS DESPROVIDAS E APELAÇÃO DO AUTOR PROVIDA.

I - O conjunto probatório presente nos autos atesta que o autor laborou exposto ao agente físico ruído em níveis acima dos previstos como toleráveis, nos períodos ora reconhecidos como laborados em condições especiais.

II - Com o reconhecimento da especialidade dos períodos em questão, o autor comprovou tempo especial superior ao mínimo previsto como necessário à concessão de aposentadoria especial, nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.213/91.

III - O uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI) não descaracteriza o tempo de serviço especial prestado.

IV - Sentença reformada para determinar que os períodos de 06/01/75 a 01/04/75, 02/04/75 a 01/07/75, 02/07/75 a 01/01/78, 02/01/78 a 10/02/82, 10/05/82 a 06/04/92, 03/02/94 a 29/12/94 e 01/02/95 a 31/08/95 sejam reconhecidos como laborados em condições especiais e para condenar a autarquia previdenciária a conceder aposentadoria especial em favor do autor, a partir da data do requerimento administrativo formulado.

V - Remessa necessária e apelação do INSS desprovidas e apelação do autor provida.

Naquela ocasião, quanto aos honorários advocatícios, o aresto restou fundamentado no seguinte sentido, *in verbis*:

Outrossim, condeno o INSS ao pagamento de honorários advocatícios na fase recursal, conforme o artigo 85, parágrafos 2º e 3º, da Lei nº 13.105/2015, cuja definição do percentual deverá ocorrer de acordo com o parágrafo 4º, inciso II, do mesmo artigo dessa lei.

Interpostos embargos de declaração, estes foram parcialmente acolhidos para sanar omissão apontada quanto ao conjunto probatório dos autos, sem, contudo, alterar o resultado final do julgado.

No presente recurso especial (fls. 315-321), o recorrente aponta

violação do art. 6º da LINDB

Sustenta, em síntese, que em razão da sentença ter sido proferida em data anterior a vigência do NCPC, este não poderia ter sido aplicado como parâmetro para a fixação dos honorários advocatícios, ainda que a decisão de segundo grau, a qual reformou a sentença e fixou o honorários em desfavor da autarquia previdenciária, tenha sido prolatada em 10.08.2017, após a entrada em vigor do NCPC. Assim, defende o recorrente a existência de ofensa ao princípio da irretroatividade da lei nova, previsto na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

Indica, por fim, como argumento ao que defende, dissídio jurisprudencial com base em julgado do Superior Tribunal de Justiça, Recurso Especial n. 1.465.535 - SP (2011/0293641-3).

Sem a apresentação de contrarrazões, o recurso especial foi admitido na origem.

É o relatório. Decido.

Em relação a questão de fundo, qual seja, a fixação dos honorários advocatícios, neste e. STJ, a respeito da incidência das novas disposições do CPC/15, vigora o seguinte enunciado administrativo, *in verbis*:

Enunciado administrativo n. 7

Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC.

In casu, a apelação foi interposta ainda sob o manto do CPC/73 em face de decisão proferida em 28.01.16, motivo pelo qual não incide as disposições do CPC/15, quanto aos honorários, sobre ela.

Nesse sentido, *in verbis*:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA.

1. Cuida-se de embargos de declaração opostos ao fundamento de que o acórdão embargado se omitiu acerca da majoração dos honorários recursais.

2. A fixação de honorários advocatícios recursais apenas é cabível nos recursos interpostos contra decisões publicadas a partir da entrada do CPC/15, na forma do enunciado administrativo nº 7/STJ.

3. Não se admite a fixação de honorários advocatícios recursais por ocasião de julgamento de agravo interno ou embargos de declaração, porque tais recursos não inauguram um novo grau de jurisdição.

Precedentes.

4. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgInt no REsp 1658167/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/08/2018, DJe 17/08/2018)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO CONTRA DECISÃO QUE NÃO CONHECEU DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLEITO DE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS RECURSAIS. INCABIMENTO.

1. Nos termos do Enunciado Administrativo n. 7/STJ, "somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC".

2. "Uma vez interposto recurso especial pelo CPC/1973, não haverá condenação em honorários recursais, ainda que o consequente agravo em recurso especial já tenha observado o novo diploma processual" (AREsp 1.137.616/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 11/10/2017).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt nos EDcl no AREsp 1166472/RJ, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/06/2018, DJe 13/06/2018)

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou provimento ao recurso especial para determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem para que a fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais obedeça aos parâmetros previstos no art. 20, § 3º, do CPC/73.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator